

Educação e inclusão de jovens e adultos na educação profissional e tecnológica: Inclusão de deficientes visuais

Aulinéia Souza da Silva

Bacharel em Direito, IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Júlio César Neves

Doutor em engenharia agrícola

Professor do IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa dissertar sobre a Educação e Inclusão de jovens e adultos na Educação Profissional e Tecnológica: inclusão de deficientes visuais, buscando a melhor maneira de inserção de deficientes nesta área. Além disto, procura discutir a inclusão como um recurso de socialização no Brasil, uma vez que os cursos técnicos buscam contemplar as diversas áreas onde possam atuar. Durante a pesquisa busca-se indagar como as instituições de educação profissional e tecnológica podem efetivamente promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência visual, garantindo que eles tenham acesso a oportunidades de aprendizado e treinamento técnico de qualidade e, ao mesmo tempo, abordando as barreiras e desafios específicos enfrentados por esse grupo na busca de educação profissional e tecnológica. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, exploratória quanto aos objetivos; e documental no que se refere aos procedimentos. Os resultados do estudo foram atingidos, pois procurou vislumbrar melhorias na qualidade de ensino técnico, entendendo que a inclusão tecnológica é de total importância na vida de um adulto que busca educação mesmo seja um pouco mais tarde, a educação é muito importante em todas as idades.

Palavras-chave: Educação tecnológica, Inclusão, Formação técnica de nível médio.

1 METODOLOGIA

Neste contexto, o presente trabalho foi realizado, inicialmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica que proporcionou um levantamento de informações retiradas de livros, artigos, revistas, dissertações e teses que tratam do assunto abordado. De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p.158), a pesquisa bibliográfica se refere a uma sinopse geral sobre os principais trabalhos já realizados, imbuídos de importância na área educacional, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, pois o estudo da literatura representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. A realização desse estudo foi fundamental para se conhecer os estudos dos pesquisadores e o enfoque das pesquisas realizadas sobre o tema em questão.

Para essa revisão bibliográfica, no caso da presente pesquisa foi utilizado o levantamento bibliográfico com análise recorremos ao procedimento documental. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes



constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

2 INTRODUÇÃO

Atualmente o ingresso de pessoas deficientes na EJA tem tomado uma grande dimensão e desafio, apesar dos jovens terem direito à educação por terem necessidades especiais, no caso em questão deficiência visual, ainda há muito que se adequar às suas necessidades para que se tenha realmente uma escola com cultura inclusiva realmente funcional. A EJA visa um lugar de diversidade, da inclusão social, onde encontramos educandos que tiveram seu direito à educação negados quando crianças ou adolescentes, por terem suas vidas ameaçadas (ARROYO, 2019; PAIVA, 2011).

Para que os jovens e Adultos possam ter acesso à educação é necessário professores preparados para tal desafio. fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, pois o estudo da literatura representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. A realização desse estudo foi fundamental para se conhecer os estudos dos pesquisadores e o enfoque das pesquisas realizadas sobre o tema em questão.

Inicialmente irá dissertar sobre a trajetória da inclusão dos deficientes na educação no Brasil, citando alguns autores que falaram sobre esta questão, adentrando na educação tecnológica destes deficientes que, ainda hoje, sofrem todo tipo de discriminação.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Atualmente, mais precisamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais LDB 9.394/96, “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; e também no EJA,” que estabelece a inclusão de alunos portadores de deficiência nas escolas regulares cada vez mais temos visto nas escolas alunos que apresentam alguma forma de deficiência, seja ela física ou mental.

Mas nem sempre estes alunos fizeram parte do corpo discente das escolas regulares, foi grande o caminho a ser percorrido até chegarem a frequentar de forma efetiva e por direito constitucional. Para melhor conhecermos essa trajetória passamos agora discorrer sobre a história da inclusão no país. Quando retomasse a história da educação inclusiva no Brasil, percebe-se que a preocupação com o acesso à educação se



inicia no século XIX, momento em que a inclusão de pessoas com deficiência já é uma experiência praticada nos Estados Unidos da América e também em países europeus.

Neste período, as discussões sobre esse tema tomam maior proporção dando origem a políticas públicas que regulamentam o acesso e a permanência de pessoas com deficiências em escolas, primeiramente em escolas especializadas e em seguida em escolas regulares. No que se refere ao processo de inclusão no Brasil, motivados por experiências em outros países, é importante entender que a concepção de pessoas com deficiência, trás em sua história resquícios de uma cultura que apresenta uma visão muito hostil e preconceituosa a no que se refere às possibilidades de socialização da pessoa com deficiência. A este respeito Amiralian (1986, p.123), escreve que:

Na Idade antiga, o comportamento diferente era visto como consequência de forças sobrenaturais, havendo o predomínio de uma concepção demonológica da doença, especialmente da doença mental. As pessoas portadoras de deficiências eram pouco conhecidas pela sociedade, os bebês com quadros mais evidentes eram abandonados para morrer de inanição ou para serem devorados por animais selvagens. Também nessa época, em função da valorização do aspecto físico.

Somente após séculos, por volta de 1960 e 1970, pode-se perceber alguma mudança no que se refere à concepção de educação para pessoas com deficiência. De acordo com Gomes (2001, p.57):

Inicialmente confundida por alguns como a noção de que se deveria tornar a pessoa com deficiência o mais normal possível, na verdade significava criar ambientes de instituições e atendimento o mais parecido possível com os vivenciados pela população em geral. Em consequência desses princípios, surgem escolas e classes especiais, que, na prática, acabaram segregando não só pessoas com deficiência, como também aquelas com dificuldades de aprendizagem e distúrbios comportamentais. A partir da década de 1980 surge o princípio *mainstreaming* que defende o direito das crianças com deficiências frequentarem.

Ao percorrer a história da inclusão, é importante apresentar a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, que teve a participação de 88 governos e de 25 organizações de diversos países em 1994. Como fruto desta conferência foi elaborado um documento “Declaração de Salamanca”, que deve ser considerado um marco no processo de inclusão no Brasil e no mundo. Dentre os diversos compromissos, firmados na Declaração de Salamanca (1994):

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular.

Aqui no nosso país sobre educação inclusiva divide-se em três longos períodos até se chegar à atualidade: de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; e nos anos 1993 caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.



Com a promulgação da Constituição federal de 1988, voltada para a defesa do social, o Poder Público se viu obrigado a criar políticas minimizadoras das desigualdades sociais. Em alguns dispositivos foram previstas a proteção e integração do portador de deficiência dentro da sociedade. Para tanto, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, obriga o Estado a:

Criar programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

No que tange as legislações sobre inclusão de portadores de deficiência visual é dever do Estado oferecer ensino de qualidade a todos inclusive a aqueles que não tiveram acesso a escolarização na idade certa, principalmente quando se fala em jovens e adultos que não tiveram uma chance de poder estudar quando eram crianças, saíram da escola mais cedo por diversos motivos, bem como aqueles que apresentam algum tipo de deficiência, então busca-se aprender para ser um cidadão melhor em todos os aspectos só assim a escola será o espaço adequado e privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano.

No entanto, apesar de a educação ser um direito humano é fundamental ter a escola como espaço privilegiado para a construção do conhecimento, é comum a recusa de alunos pelos mais diferentes motivos, desde uma pequena dificuldade de aprendizado até uma deficiência grave, embora isso não prive o jovem de uma interação, deve-se oferecer subsídios para que os jovens e adultos com deficiência possam aprender conteúdos técnicos concomitantemente com outros tipos de ensino.

3.1 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOVENS E ADULTOS

A educação tecnológica de jovens e adultos é muito importante não somente para o mercado de trabalho, mas também para que todos os deficientes visuais e auditivos sejam inclusos na sociedade, tem que especializar os professores para que possam entender cada vez mais as matérias. A reflexão de que o processo de inclusão escolar é um grande desafio, pois as barreiras existentes foram criadas historicamente ao se separar as escolas de Educação Tecnológica para jovens e adultos é um grande obstáculo para alunos com necessidades especiais, porém, o preconceito, a discriminação e a estrutura física são as maiores barreiras existentes no processo de proporcionar a acessibilidade de Jovens deficientes em escolas Técnicas.

Para tanto, a inclusão dos deficientes na educação tecnológica partir de 1958, com a eclosão do pensamento de Paulo Freire após seu ganho de notoriedade ao fazer referência ao povo marginalizado no II Congresso de Alfabetização para Adultos, o que provocou uma reflexão sobre os sujeitos analfabetos e surpreendeu ao condicionar o fracasso da escolarização dos jovens e adultos às inadequações das propostas pedagógicas a eles destinadas. Esse é um momento de ruptura de paradigmas, pois a partir dele o



analfabetismo passa a ser discutido como efeito da pobreza e da marginalização, contrapondo as concepções anteriores Haddad, Di Pierro (2000, p.124). A ausência de políticas educacionais para jovens e adultos na década de 1990, época da publicação da nova LDB, retardou esse desenvolvimento. A demora executiva resultou em uma marginalização da modalidade e externou que o assegurado nas leis pode ser alterado ou postergado na prática, a depender das concepções do regente que as deve executar, Frigotto (2016, p.76).

É importante que sejam incluídos jovens e adultos especiais nas redes de ensino tecnológico, pois o direito de todo deficiente de estudar com outras pessoas e acreditam que isso levará a uma abertura da escola à diversidade, mudando a educação no País. A escola deve ser um lugar onde os jovens e adultos vão para estudar, ou seja, aprender para ser um cidadão melhor em todos os aspectos. Só assim a escola será o espaço adequado e privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento.

Existe uma corrente que argumenta que a inclusão em escolas técnicas, deveria beneficiar somente àqueles alunos que apresentam necessidades menos significativas, que requerem arranjos de pequeno porte. Neste ponto, é de se mencionar a visão de Coll e Onrubia (1999), citado por Dutra (2005, p.56) que tratam a respeito da avaliação inclusiva no cotidiano escolar, a prática da avaliação da aprendizagem no cotidiano escolar, deve apontar para a busca do melhor para cada educando, por isso não pode voltada para a seleção de uns poucos, como ainda se apresenta em diversos sistemas escolares.

Então as políticas públicas voltadas para o ensino técnico devem adotar um conceito de educação inclusiva que garantisse o acesso ao conhecimento, ao desempenho escolar através de um melhor rendimento, e não apenas a socialização, principalmente nível técnico quando adultos e adolescentes estão se preparando para o mercado de trabalho, e estão procurando cursos técnicos para ter uma chance melhor de trabalho.

É nesse sentido que Garcia (2002, p. 26) questiona:

Como um governo irá desenvolver programas de acesso da pessoa portadora de deficiência à escola, universidade ou a posto de trabalho se não houver se não houver nestes locais o acesso para as cadeiras de roda. Primeiramente é preciso superar as barreiras físicas e intelectuais para depois colocarmos em prática algum programa de educação.

E para tanto, as políticas voltadas à inclusão dos deficientes visuais nas escolas de nível técnico de ensino de nível técnico, pois seja inclusão escolar, ou no mercado de trabalho, enfim inclusão de um modo geral depara-se ainda com a questão da acessibilidade, pois com frequência se vê escolas e empresas que não estão adequadas às necessidades das pessoas portadoras de deficiência. À escola de nível técnico cabe a busca de uma aprendizagem que garanta o desenvolvimento do aluno de forma que este se torne defensor de uma sociedade sem discriminação e igualitária. O apoio da família, ninguém discorda, é essencial para criar dar suporte de aprendizagem para que deficientes visuais consigam estudar. Não há como ser diferente, portanto é importante frisar que cabe ainda a todos, Estado e sociedade, trabalharem em conjunto pensando



na dimensão que assume a questão da inclusão nos dias de hoje. A exclusão de deficientes visuais deve ser compreendida como a face mais conhecida de uma situação que tem outros desdobramentos.

Além disso, descreve Silva (2010, p.24) que:

As escolas têm a obrigação de orientar as famílias, muitas delas são simples sem escolarização, humildes, precisam de apoio e ser direcionadas quanto ao melhor caminho a ser seguido. Uma pessoa bem estimulada e incentivada, tendo ela deficiência ou não terá mais oportunidade de um crescimento saudável e feliz, conseqüentemente se tornará um adulto bem resolvido.

Outra ponta importante do desafio que ora se apresenta que é exercitar a função pedagógica das políticas públicas de inserção, as instituições de governo e as instituições não-governamentais devem buscar parcerias, alterando as concepções sobre a educação das pessoas com deficiência visual, exigindo uma mudança na formação de professores e um planejamento para organização dos recursos necessários para efetivar a educação inclusiva. É importante que todos os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso a uma escola nível técnico que valorize seus alunos para que os alunos com deficiência visual ampliem seus conhecimentos.

Portanto, busca-se algumas garantias da educação de jovens e adultos com deficiência estão explicitadas por Carvalho, R. (1997, p. 61) “ressalta que os critérios para o repasse de verbas e apoio técnico deveriam fundamentar-se na qualidade do serviço educacional garantido e não no simples oferecimento de vagas”.

E também sobre educação compensatória, muito presente ainda nos dias de hoje, Di Pierro (2003, p.21) afirma que a mesma se sustenta na crença de que é possível repor a escolaridade não realizada anteriormente, enquanto que a educação ao longo da vida tem como objetivo assegurar a educação em qualquer idade e satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem em cada fase da vida. Completando seu argumento “uma educação inclusiva tem que compreender a todos, assimilando uma pluralidade de habilidades, conhecimentos e trajetórias distintas” Di Pierro (2003, p. 19).

O curso em escola técnica aparece, como um lugar onde ela pode sentir, pois se produz a intervenção naquela localidade. Mas, por outro lado, a intervenção, a partir de um enfoque educacional, define como seu objeto os processos de ensino e a aprendizagem que a escola estabelece e implementa, assim como a instituição em seu conjunto.

Para que um professor possa trabalhar com estudantes com deficiência visual muito deve ser investido em políticas acerca da formação continuada e permanente, acreditamos que somente a formação inicial não é suficiente. Para uma formação informa Salles, (2004, p.60):



A formação de professores deverá desenvolver-se em ambiente acadêmico e institucional especializado, promovendo-se a investigação dos problemas dessa modalidade de educação, buscando-se oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas. Devem ser utilizados métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

Esta formação continuada poderia ser oferecida na modalidade à distância, com cursos de curta duração. No que refere a portadores de deficiência visual poderemos encontrar diferentes tipos podendo ser elas física ou mental, que inviabilizariam a formação específica em cada deficiência. O que seria possível era a formação permanente, atendendo as especificidades de formação para o professor ao lidar com diferentes deficiências.

Assumir um enfoque educacional que defina como objeto de sua intervenção os processos de ensino e aprendizagem pressupõe, de alguma forma, prestar atenção ao que ocorre entre outros e com outros para explicar a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas.

Poder-se-ia dizer que estes cursos, que são dados aos professores, são deficitários, pois na educação especial para que se fortaleça e forme profissionais com conteúdo alicerçados a partir dos mesmos princípios e bases é imprescindível a criação de diretrizes curriculares nacionais, mesmo que poucas, mas que se possa ter mais ênfase nestes cursos de aperfeiçoamento em educação especial, principalmente no caso de deficiência auditiva e visual, que é o caso da referida pesquisa.

Ainda há muito que se fazer, deve-se oportunizar espaço para que gestores e educadores reflitam acerca dos cursos de formação inicial e permanente de professores, principalmente acerca daqueles especializados em atuar junto aos jovens e adultos com deficiência visual, no que se refere às orientações com uma metodologia voltada para formação permanente de professores no país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade na construção do ambiente é de fundamental importância, pois os deficientes visuais enfrentam muitas batalhas para estudar, devido ao fato de que o Estado deve possibilitar as pessoas portadoras de deficiência visual usufruir plenamente, com igualdade da participação social e também ter direitos a uma escola técnica que atenda suas necessidades, tanto quanto em acessibilidade quanto a educação neste nível técnico, para que possa ter chances neste mercado de trabalho tão concorrido.

Para isso é importante que seja estipulado padrões que assegurem uniformidade de diretrizes em âmbito nacional, enquanto as pessoas com deficiência visuais estiverem limitadas ao ambiente físico, muito ainda deverá ser feito. Observa-se que ainda hoje os edifícios são construídos sem que haja acessibilidade, por exemplo, é impossível como também em muitos prédios de serviço público, apartamentos, bibliotecas, escolas, restaurantes, instalações desportivas e na própria via pública.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação profissional e tecnológica pode efetivamente promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência visual, garantindo que eles tenham acesso a oportunidades de aprendizado e treinamento técnico de qualidade e, ao mesmo tempo, abordando as barreiras e desafios específicos enfrentados por esse grupo na busca de educação profissional e tecnológica. A formação de um professor para dar aulas em uma escola técnica para jovens e adultos com algum tipo de problema na visão, tem que ser com muito amor, pois o professor não deve ter aperfeiçoamento na área, se aperfeiçoando com vários cursos e pra isso tem que ter mais incentivo do governo, este incentivo deve vir do Poder Público, mas como foi dito, se o professor não gostar do que faz não será um bom profissional.



REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M.L.T.M. Psicologia do Excepcional. São Paulo: EPU, 1986.
- ARROYO, M. Vidas Ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez 1996.
- CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. (1994).
- DI PIERRO, Maria Clara. As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999. 2000. 314 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.
- DUTRA, Claudia Pereira. Diferentes olhares sobre a inclusão. In:Boletim Informativo da Secretaria da Educação Especial – MEC. Julho/2005.
- FRIGOTTO, G. Uma década do decreto n. 5.154/2004 e do Proeja: balanço e perspectivas.
- HOLOS, Natal, v. 6, 2016, p. 56-70. Doi: 10.15628/holos.2016.4984. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4984/1569>. Acesso em: 01 de Novembro de 2023.
- GARCIA, C. E. A chave para a inclusão. Revista Proteção, abril 2002.
- GOMES, R. R.; FRIEDRICH, M. A Contribuição dos jogos didáticos na aprendizagem de conteúdos de Ciências e Biologia. In: EREBIO,1, Rio de Janeiro, 2001.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n.37, p.108-130. maio/ago. 2000. DOI: 10.1590/S1413-24782000000200007.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. 2. Ed.. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- SILVA, Marislene Nunes da. A família e a escola na busca da independência e autonomia da pessoa com deficiência intelectual. TCC - Curso de Especialização em Neuropedagogia e Psicanálise do INSTITUTO SABER - FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PALMAS (FTP). UBERLÂNDIA, 2010.